



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA
CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA CULTURAL

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA CULTURAL DO RIO DE JANEIRO. Às dez horas do dia vinte e um de julho de dois mil e vinte e dois, o Conselho Municipal de Política Cultural do Rio de Janeiro reúne seus membros integrantes em caráter extraordinário na modalidade virtual, com sala remota via internet, participando: Adair Rocha, Álvaro Maciel, Andrea Chiesorin, Carla Wendling, Igor Sebastian, Rosa Perdigão, Suelyemma Franco e Tomás Ramos. Justificado o uso da alternativa virtual em função do Decreto Nº 47.247 de 12 de março de 2020, a sala é aberta trinta minutos antes das quinze horas e os participantes são admitidos na sala virtual. O encontro é transmitido pelo canal desta Secretaria no Youtube. Após quinze minutos de tolerância, Roberta Canêjo, da Secretária Executiva, dá início ao encontro saudando os presentes, explicando que esta é uma reunião em segunda chamada e, por isso, repetem-se as pautas previstas para a reunião ordinária de junho. Ela acrescenta que não conseguiu contato com a vice-presidente deste Conselho, Rosa Perdigão, e que o Presidente e Secretário de Cultura, Marcus Faustini, também não está presente. Desta forma, a secretária executiva informa aos conselheiros que o representante, presente, da Secretaria Municipal de Cultura - SMC, é o Igor Sebastian. Roberta Canêjo informa que foram encaminhadas as atas das últimas reuniões e pede aos conselheiros que realizem a leitura e, caso necessário, encaminhem suas considerações em resposta ao e-mail enviado. A conselheira Andréa Chiesorin informa não ter recebido este e-mail. A Secretária Executiva, Roberta Canêjo, informa que verificará o ocorrido. A conselheira Andréa Chiesorin sugere que seja definido um prazo maior para leitura desses documentos, talvez até a reunião de setembro, para que haja a aprovação das atas por parte dos conselheiros. A Secretária Executiva concorda com a sugestão da conselheira. Ato contínuo, Roberta Canêjo esclarece, sobre o primeiro ponto de pauta, informa que Vanessa Neri, representante da Coordenadoria de Fomento e Democracia Cultural, está presente nesta reunião e que fará, em instantes, sua fala sobre este tema. Antes de dar início aos debates, a Secretária Executiva diz que estão abertas as falas para realização dos informes. A conselheira Andréa Chiesorin solicita que seja disponibilizado o link da transmissão do encontro no YouTube. O pedido foi prontamente

atendido pelo apoio técnico da Secretaria Executiva. A primeira fala é da Conselheira Carla Wendling, que se diz muito incomodada por conta da não disponibilização das cópias dos e-mails encaminhados ao gabinete do Prefeito solicitando uma reunião para discussão sobre o carnaval. A conselheira acrescenta que já está realizando esse pedido há mais de três meses, sem nenhum retorno. Sobre a Lei Aldir Blanc, a conselheira diz que, assim como outros conselheiros, está recebendo várias queixas em relação à prestação de contas da Lei Aldir Blanc. Ela segue sua fala dizendo que a SMC precisa entender que trata-se de uma lei emergencial e não um programa de fomento e que, na gestão anterior, tudo havia sido alinhado, até mesmo com o Ministério Público - MP, em relação a esta etapa. Roberta Canêjo agradece as contribuições da conselheira Carla Wendling e passa a palavra ao representante da SMC, Igor Sebastian, para realização de seus informes e também para suas considerações sobre a fala da conselheira. Igor Sebastian dá início a sua fala relatando ter recebido a cópia do e-mail solicitado pela conselheira Carla Wendling. Acrescenta que o e-mail foi enviado ao gabinete do prefeito em primeiro de dezembro de dois mil e vinte e um (01/12/2021) e que o encaminhará à conselheira ainda hoje, estando ele com a cópia impressa do documento em mãos. A conselheira relata que teriam sido encaminhados dois e-mails, segundo relatos do próprio gabinete da SMC. Igor Sebastian diz só ter recebido um e-mail, que será disponibilizado aos representantes do Conselho. Ele acrescenta que ontem, dia vinte de julho de dois mil e vinte e dois (20/07/2022), teria saído em Diário Oficial o termo para licitação da produtora para as Eleições e Pré Conferências. Sobre a Lei Aldir Blanc, Igor Sebastian diz que trouxe uma representante da Coordenadoria de Fomento e Democracia Cultural para entender as demandas e questões levantadas pelos conselheiros e tentar realizar os esclarecimentos necessários. Finalizada a fala da representante da SMC, Roberta Canêjo agradece a fala do mesmo e presta um esclarecimento sobre o ingresso pela ferramenta utilizada para realização do encontro, visto que foram relatados alguns problemas para ingressar na reunião. A conselheira Andréa Chiesorin julga importante que seja justificada a ausência do Secretário Municipal de Cultura e demais conselheiros, visto que a reunião ordinária de julho está ocorrendo sem a presença do presidente, da vice-presidente deste Conselho e de demais conselheiros do poder público. A conselheira pede que seja apresentada a relação dos conselheiros presentes no encontro. O representante do apoio técnico apresenta a listagem dos conselheiros presentes. Do poder

público: Adair Rocha e Igor Sebastian, o segundo ainda não oficializado, mas ocupando a cadeira que era ocupada por Flávia Piana. Da sociedade civil: Carla Wendling, Andréa Chiesorin e Álvaro Maciel. Da comissão de Cultura: Suelyemma Franco e Tomás Ramos. Os demais presentes são convidados da sociedade civil. A conselheira Carla Wendling relata que, em outros tempos, se faziam presentes os representantes da Secretaria Municipal de Educação, RIOTUR, RIOFILME, entre outros. A secretária executiva relata que, devido a esse problema, foi realizada uma convocação específica, via e-mail, aos representantes do poder público. Roberta Canêjo diz que o gabinete terá de encaminhar ofícios a estas pastas solicitando a indicação de novos servidores para representação junto ao Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC. Ela acrescenta ter conseguido contato com a vice-presidente deste Conselho, Rosa Perdigão, e ter recebido a informação de que a mesma está finalizando um exame médico e, em seguida, ingressará na reunião. A conselheira Andréa Chiesorin cobra uma posição quanto a ausência do Secretário Marcus Faustini. Roberta Canêjo questiona se o representante da SMC, Igor Sebastian, tem alguma informação quanto a ausência do Secretário. Igor Sebastian diz que o Secretário está em uma agenda com o Prefeito e que, para a próxima reunião, ele se fará presente. Quando questionado sobre a situação do Plano Municipal de Cultura, Igor Sebastian diz que, novamente, será realizada uma reunião entre SMC e Secretaria Municipal de Fazenda - SMF e que, na próxima reunião do CMPC, haverá uma fala do Secretário sobre o tema. Roberta Canêjo esclarece que o representante está se referindo à primeira chamada da reunião ordinária de Julho, prevista para o dia vinte e sete de julho de dois mil e vinte e dois (27/07/2022). Ela acrescenta que como o encontro ainda não conta com a presença da vice-presidente, a palavra será passada à Vanessa Neri para início das discussões sobre a Lei Aldir Blanc. Vanessa Neri, representante da Coordenadoria de Fomento e Democracia Cultural, saúda os presentes, agradece o momento de fala e dá início a sua fala sobre a Lei Aldir Blanc e a etapa de prestação de contas. Sobre a fala da conselheira Carla Wendling, Vanessa diz que, em relação ao Inciso II, está sendo aplicada a Resolução Nº 442 de 13 de outubro de 2020, em especial o art. 2º da referida resolução, que determina como deve ser feita a prestação de contas. Ela acrescenta que a SMC não tem como não fazer essa solicitação de prestação de contas, visto que a própria lei determina que seja feita a prestação de contas financeiras dos recursos recebidos pelo subsídio, até pela necessidade

de prestação de contas desses recursos ao Governo Federal. Vanessa Neri relata que foi aberto um prazo de recursos, que durou dez dias para apresentação da documentação faltante e, agora, esses documentos estão sendo analisados. Diz ainda que receberam quatrocentos e sessenta e três, referente ao Inciso II, e duzentos e sessenta e três, referente ao Inciso III. Além disso, Vanessa Neri diz que a Coordenadoria está em contato com o Governo Federal a fim de identificar como se dará a situação das pessoas que não enviaram suas prestações de contas ou que foram reprovadas. Roberta Canêjo, identificando o pedido de inscrições, passa a palavra à conselheira Carla Wendling. Ela diz que, mesmo se tratando de uma lei emergencial, é necessário ter a prestação de contas, entretanto, o que havia sido acordado é que seria uma etapa muito mais simples, como previsto nas lives realizadas na gestão passada. Encerrada a colaboração da conselheira Carla Wendling, a secretária executiva passa a palavra à conselheira Andréa Chiesorin. Ela começa sua fala saudando a presença da vice-presidente Rosa Perdigão e do conselheiro Adair Rocha. A conselheira diz ser necessário afirmar que ainda não é satisfatória a preocupação por parte da SMC. Alega que ainda estamos em um período pandêmico e que o setor cultural segue sem recursos. Relata que houve, junto ao Prefeito anterior, uma grande mobilização para que pudessem identificar, nos territórios, as urgência e necessidades para distribuição da Lei Aldir Blanc no Rio de Janeiro. Segundo a conselheira, foi dito pela atual gestão, nas reuniões deste Conselho, que não entendia o motivo do Rio de Janeiro ter distribuído tanto os recursos nos territórios e que isso seria um problema muito sério para equacionar as prestações de contas. Dito isto, a conselheira segue sua fala dizendo que será necessário realizar um mutirão e não permitir que os fazedores de cultura sejam criminalizados. Andréa Chiesorin diz que foram discutidas algumas preocupações na tentativa de facilitar as prestação de contas e que importa a construção de um escritório que colabore com o fazedor de cultura nessa etapa. Ela diz que não é possível passar para as discussões da Lei Aldir Blanc 2 e da Lei Paulo Gustavo tendo todos esses produtores sem conseguir prestar contas e que, consequentemente, não poderão concorrer a esses novos editais. A conselheira ressalta a urgência desse encontro, primeiro por conta de não saber o saldo da Lei Aldir Blanc 1 e por não saber como esse saldo será aplicado. Ela conclui sua fala dizendo ser necessário saber quais serão as colaborações da SMC na tentativa de resolver as pendências nas prestações de contas. A conselheira Andréa Chiesorin sugere ainda que seja aberta a fala aos

convidados da sociedade civil, visto a importância dessa discussão e o impacto sobre os fazedores de cultura. Encerrada a contribuição da conselheira, Jeferson Rufino, do apoio técnico, antes de passar a palavra ao conselheiro Álvaro Maciel, próximo inscrito, apresenta uma dúvida apontada no chat da ferramenta por Tomás Ramos, que relata que o mandato do Vereador Tarcísio Motta vem recebendo muitas reclamações por conta dos prazos para recursos e questiona se há intenção de prorrogar esse prazo. Vanessa Neri, sobre a questão dos prazos, diz que a SMC trabalha para fechar o balanço dos recursos recebidos e, em paralelo, estão em contato com o Ministério Público sobre alternativas, dentro da legalidade, aos reprovados nesta prestação de contas e também quanto a possibilidade de prorrogar o prazo para realização da prestação de contas. Acrescenta que a intenção não é prejudicar os fazedores de cultura ou colocá-los em dívida ativa por conta de um recurso de natureza emergencial. Sobre o questionamento da conselheira Carla Wendling, Vanessa Neri explica que a Resolução permite que a despesa esteja no nome do beneficiário ou no endereço do espaço. As despesas, ainda que inscritas no nome de uma pessoa jurídica, são aceitas em nome de seu representante legal. Em relação ao prazo da contrapartida, ela explica que o prazo era de cento e vinte dias após o fim do decreto de calamidade, porém, identificaram muitas dúvidas em relação ao decreto. Ela diz que o prazo é baseado no decreto legislativo, de vinte e três de março de dois mil e vinte, conforme previsto em lei. Suelyemma Franco questiona a representante da Coordenadoria de Fomento e Democracia Cultural qual seria o prazo, respeitando o referido decreto. Vanessa Neri diz que os cento e vinte dias contaram a partir de dezembro de dois mil e vinte e que, posteriormente, houve uma prorrogação até o dia dezoito de novembro de dois mil e vinte e um e acrescenta que, para uma nova prorrogação, depende do parecer do Ministério Público. Tendo os questionamentos iniciais sido respondidos, a secretária executiva passa a palavra ao próximo inscrito, conselheiro Álvaro Maciel. O conselheiro questiona se há mais alguém inscrito para falar sobre a Lei Aldir Blanc e, caso haja, pode dar a fala a essa pessoa. A secretária executiva questiona se é do acordo de todos os presentes que seja permitido o pedido de inscrições da sociedade civil para discussão do tema. Não houve objeção pelas partes. Como não foram identificados, naquele momento, pedidos de inscrições da sociedade civil, a palavra segue com o conselheiro Álvaro Maciel. Ele saúda os presentes e diz que a reunião poderia ter mais informações sobre a aprovação do Plano Municipal de

Cultura e considera necessário ouvir essas informações, não só do Secretário Marcus Faustini, mas também por parte do Prefeito Eduardo Paes. O conselheiro sugere que seja feita uma cobrança por escrito para alinhar o que acontecerá nesse ano de dois mil e vinte e dois, considerando as dificuldades, ameaça à democracia, o ano eleitoral e o esvaziamento do legislativo e também do executivo e, mesmo com todas as dificuldades, espera que esse tema de prestação de contas não fique restrito ao Conselho e a SMC, visto que é um tema de toda a sociedade civil, que há um acompanhamento por parte de Vereadores e, de repente, pode ser pensado em aprovar ou reformular uma lei na tentativa de facilitar essa etapa. O conselheiro acrescenta que o quórum dessa reunião está pequeno para um debate tão complexo e tão grande. Álvaro Maciel segue sua fala dizendo ser necessário solicitar ao Prefeito, através do Secretário Municipal de Cultura, um fórum aberto à sociedade civil, sem desconsiderar o Conselho e alguns conselheiros que se afastaram por diversos motivos, na tentativa de ampliar o debate cultural na cidade. Encerrada as contribuições do conselheiro Álvaro Maciel, a secretária executiva passa a palavra à vice-presidente deste Conselho, Rosa Perdigão. Ela começa saudando os presentes, enaltece a presença dos poucos conselheiros e justifica sua ausência nos últimos encontros por problemas de saúde. A vice-presidente, Rosa Perdigão, diz estar de acordo com as falas que conseguiu ouvir, desde que ingressou na reunião. Ela acrescenta, sobre a pauta da prestação de contas da Lei Aldir Blanc, que já era de conhecimento que essa questão poderia surgir e que, a gestão anterior junto com esse Conselho, tinha consciência que isso poderia ocorrer por conseguirem fazer com que os editais chegassem nos fazedores de cultura da ponta. A vice-presidente acrescenta que o Conselho, enquanto intermediador da sociedade civil com a Secretaria, tem o papel de tentar facilitar esse processo. E, por isso, devem ser pensados mecanismos facilitadores e que permitam que o conteúdo fique disponível para acesso pelos fazedores de cultura. Ela encerra sua fala dizendo que é importante saber qual a posição do Prefeito em relação a cultura e em relação ao Plano Municipal de Cultura, alegando que o Conselho fez sua parte e que falta, ainda, um esforço por parte do poder público. A secretária executiva agradece as contribuições da vice-presidente e passa a palavra a Tomás Ramos. Ele gostaria de confirmar se há interesse, por parte da Secretaria, em prorrogar os prazos para essa etapa de prestação de contas, mas estão aguardando uma confirmação, por parte do Ministério Público, quanto a essa possibilidade. Se há, em

números, quantas pessoas perderam o prazo e qual medida será adotada com essas pessoas. Vanessa Neri, representante da Coordenadoria de Fomento e Democracia Cultural, informa que não há como afirmar se o prazo será, novamente, prorrogado. Ela diz que, seguindo o que é previsto na Resolução, caso não haja apresentação da prestação de contas no prazo, é feita a inscrição da pessoa física na dívida ativa, porém, afirma que essa não é a intenção da Secretaria. Acrescenta que estão sendo pensadas em possibilidades para recomposição do dano ao erário e como essa recomposição pode ser feita sem a necessidade da inscrição na dívida ativa, entretanto, não é possível afirmar qual será essa alternativa. Tomás Ramos questiona a principal razão do indeferimento das prestações de contas: a não entrega da prestação de contas e do relatório de contrapartida ou erro no que foi apresentado. Vanessa Neri diz que existem diversas razões. Em alguns casos, o indeferimento foi em função da não entrega da prestação de contas, em outros pela não entrega do relatório da contrapartida ou pela falta de ambos documentos. Respondidos os questionamentos, a secretária executiva passa a palavra ao próximo inscrito, conselheiro Adair Rocha. Ele ressalta que as questões levantadas são, de certa forma, uma síntese do momento vivido e, mais do que o risco democrático, o que está em curso é a força da democracia. Nesse sentido, o conselheiro diz que os encaminhamentos políticos marcam uma diferença nesse cenário onde, infelizmente, há uma perspectiva de avanço por parte da SMC e a falta de um posicionamento direto por parte do Prefeito, sobre políticas públicas culturais. Adair Rocha diz que insiste na aprovação do Plano Municipal, acreditando ser fundamental esses “sinais” de política pública consolidada. Encerrada a fala do conselheiro Adair Rocha, a palavra foi passada ao conselheiro Álvaro Maciel. Ele diz que gostaria de completar sua fala anterior, dizendo que em uma visita à Zona Oeste, em um projeto de capoeira, teria identificado uma religiosidade muito forte no local. O conselheiro diz que a cultura é muito ampla e abrange muitos saberes, como por exemplo: racial e de gênero. Acrescenta que, ao chegar na Zona Oeste, é possível identificar que a grande maioria das pessoas são negras e que há uma grande participação das mulheres na cultura. Álvaro Maciel diz que, mesmo sem o estado de calamidade formal, é necessário entender o estado de calamidade da cultura. O conselheiro destaca o esforço e empenho dos conselheiros e servidores da SMC para que os recursos chegassem e fossem devidamente executados, através da Lei Aldir Blanc. E finaliza dizendo que é necessário que o Rio de Janeiro resolva, de vez, a

institucionalidade da cultura municipal. Seguindo a ordem de inscrições, a palavra foi passada à conselheira Andréa Chiesorin. Ela questiona os presentes sobre qual seria a sugestão de encaminhamento para este ponto de pauta. Sobre a fala do conselheiro Álvaro Maciel, a conselheira diz que a reunião foi aberta com esse debate das relações raciais, de gênero, das deficiências e todas as outras relações que sofrem opressão. Acrescenta que seu pedido de fala foi feito para representar a artista cega Sandra Gurgel, que está realizando tentativas de ingressar na reunião, mas não consegue. A conselheira faz então a leitura do relato feito pela artista: “Sou deficiente visual e tive dificuldade em preencher o edital... Sem resposta... E dificuldade do link... Fiquei sem preencher meu edital e fui desclassificada.”. Andréa Chiesorin diz que esse é mais um dado para se esmerar e tentar ultrapassar a barreira atitudinal e comunicacional na construção de editais acessíveis. Jeferson Rufino, do apoio técnico à secretaria executiva, explica que Roberta Canêjo, secretária executiva, teve um problema pessoal e precisou se ausentar da reunião e, a partir desse momento, ele fará a condução do encontro. Finalizada a rodada de inscrição para esse primeiro ponto de pauta, Jeferson Rufino diz que é necessário definir o encaminhamento. A sugestão, a partir das discussões e do posicionamento da representante da Coordenadoria de Fomento e Democracia Cultural, é que será necessário aguardar o balanço das prestações de contas recebidas e a orientação do Ministério Público quanto a possibilidade de prorrogação dos prazos e, em paralelo, devem ser pensadas alternativas, como por exemplo, a criação de um escritório de apoio aos fazedores de cultura, como foi sugerido pela conselheira Andréa Chiesorin. A vice-presidente, Rosa Perdigão, questiona a Vanessa Neri se é possível definir um prazo para definição dessas informações. Vanessa Neri diz que é possível que até a metade do mês de agosto haja alguma definição sobre como proceder. Rosa Perdigão diz que é importante divulgar essa informação, assim que possível, aos membros do conselho e, sobre o encaminhamento, sugere que seja feito algum material explicativo, com as perguntas frequentes, na tentativa de auxiliar as pessoas com dificuldades. A conselheira Carla Wendling diz que sua preocupação é em relação a Lei Aldir Blanc e a Lei Paulo Gustavo, que estão próximas, e que a informação recebida é que todo processo precisa ser resolvido até dezembro, ou seja, o debate realizado ainda é sobre a Lei Aldir Blanc 1 e, caso os problemas não sejam resolvidos, as pessoas ficarão impossibilitadas de participar da Lei Aldir Blanc 2 e na Lei Paulo Gustavo. Sobre a criação

dos escritórios, a conselheira relata que na gestão anterior, mesmo no período de pandemia, havia um ponto focal para auxiliar no processo de inscrição e acrescenta que a solução dessas questões devem ser prioridades. Jeferson Rufino agradece as contribuições da conselheira Carla Wendling e, na tentativa de concluir a discussão desse primeiro ponto de pauta, diz que as discussões realizadas permitiram já nortear algumas ações, que o setor de Fomento deve começar a pensar em estratégias, mesmo antes do retorno por parte do Ministério Público. Dito isto, o primeiro ponto de pauta é encerrado com a proposta de encaminhamento apresentada e também com as informações que foram acrescentadas por alguns conselheiros. Jeferson Rufino, do apoio técnico, dá início ao segundo ponto de pauta: Acessibilidade nas Eleições. Ele retoma o informe realizado no início do encontro por Igor Sebastian, que disse já ter sido efetuada a autorização e publicação em Diário Oficial do Termo de Referência elaborado. Acrescenta que quando foi definido esse ponto de pauta a publicação ainda não tinha sido realizada e, com a referida publicação, não há mais a possibilidade de alterar o documento. Jeferson Rufino diz que, conforme solicitado, foi entregue a lista dos serviços de acessibilidade previstos no Termo de Referência, ao responsável Igor Sebastian, para realização das discussões nessa reunião ordinária. Dito isso, Jeferson Rufino passa a palavra ao Igor Sebastian para que seja realizada sua fala sobre o tema. Igor Sebastian pede ao apoio técnico que seja apresentado o que foi colocado no Termo de Referência. Jeferson Rufino apresenta os serviços previstos: Intérprete de Libras, Serviço de Estenotipia e o serviço de Audiodescrição. Igor Sebastian acrescenta que a lista dos locais escolhidos e aprovados contam com ferramentas de acessibilidade para pessoas com deficiências físicas. O representante da Secretaria, Igor Sebastian, diz que gostaria de ouvir dos conselheiros sobre possíveis ajustes nos serviços apresentados. Jeferson Rufino passa a palavra à conselheira Andréa Chiesorin. Ela diz ter colaborado com os serviços apresentados, ressaltando a importância dos serviços de estenotipia e tradução de Libras, por serem extensivas ao grupo de deficientes audiovisuais. As Libras se referem ao ativismo surdo e a estenotipia, que é um serviço que pode ser utilizado pelo legislativo, é a legenda. A conselheira diz que, a partir da contratação desses serviços, a comunidade surda será contemplada nos encontros, porém, questiona como será realizado o convite dessa comunidade para que possam estar presentes nesse processo eleitoral. Ela segue sua fala dizendo que deve ser realizada uma conversa com a comunicação para realização de

flyers e cards de divulgação que contenham os ícones gráficos que representam os serviços de acessibilidade que serão oferecidos. A conselheira Andréa Chiesorin reforça que os esforços serão em vão se não houver a construção da acessibilidade digital, visto que o processo das eleições ocorrerá todo digital. Igor Sebastian agradece as contribuições e auxílio da conselheira na construção dos serviços de acessibilidade no Termo de Referência. Acrescenta que já pode ser pensado em um encontro de alguns representantes do Conselho com a equipe de comunicação da Secretaria, para preparação do material de convocação da sociedade civil ao processo eleitoral. Igor Sebastian exalta a importância de iniciar uma parceria com a Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência - SMPD para construção do processo das pré-conferências e da Conferência. Respondendo a outro questionamento, Igor Sebastian diz que, assim que aberto o processo de licitação para contratação da produtora, os conselheiros serão avisados para que possam compartilhar com as produtoras que forem de conhecimento de cada um, tornando o processo mais democrático e tentar receber a maior quantidade de propostas possíveis. A conselheira Andréa Chiesorin retoma a palavra e acrescenta que existem outras atitudes que podem ser válidas como política de acessibilidade, por exemplo, encaminhar um memorando aos equipamentos envolvidos para que recebam seus convidados cegos com cães guias. Igor Sebastian pede a palavra para responder a um questionamento apresentado no chat da ferramenta. O representante da SMC diz que houve um esforço para abertura do processo de licitação, tendo sido publicado na segunda ou terça-feira e previsão para demorar de 15 (quinze) a 20 (vinte) dias e, a partir disso, realizar o processo das pré-conferências e o processo eleitoral ainda em agosto. Lu Fortunato acrescenta que, além da parceria com a Secretaria Municipal de Pessoa com Deficiência, para construção do processo da conferência seria importante uma parceria, também, com a Coordenadoria de Promoção da Igualdade Social e com o Conselho Municipal do Direito do Negro. A conselheira Rosa Perdigão pede a palavra, aproveitando o que foi acrescentado por Lu Fortunato. Rosa Perdigão exalta a importância na construção de parcerias entre o Conselho e entidades que possam colaborar no processo de construção e ressalta que essa colaboração deve ser na prática e não apenas na teoria. A conselheira segue sua fala dizendo que o trabalho de comunicação será de extrema importância durante todo o processo e, se possível, que os trabalhos sejam iniciados antes da contratação da produtora para deixar as produções engatilhadas. Igor

Sebastian diz que já existem materiais, já aprovados pelo Conselho, que poderão ser utilizados passando apenas por um processo de ajuste das datas e que, da parte da Secretaria, a expectativa é de agilizar e colocar em prática esse processo das pré-conferências, eleição e conferência. Não tendo mais nenhuma colaboração por parte dos conselheiros nesse ponto da pauta, como sugestão de encaminhamento da Secretaria Executiva, foi sugerido o retorno dos trabalhos por parte dos grupos de trabalho do processo das pré-conferências e eleições, convocando também todos esses parceiros que foram sugeridos e que se colocaram à disposição para ajudar na construção das estratégias de comunicação, inclusão e acessibilidade. A conselheira Andréa Chiesorin diz ser importante utilizar o termo correto quando for se referir às pessoas com deficiência, visto que não são pessoas portadoras de deficiência, como dito por alguns. Andréa Chiesorin esclarece ao conselheiro Tomás Ramos que as discussões realizadas são sobre o processo eleitoral, visto a importância de renovação do Conselho, entretanto, a realização da Conferência está condicionada a discussão e aprovação do Plano Municipal de Cultura - PMC. A conselheira diz ser importante constar em ata que o atual colegiado está construindo o processo para renovação do conselho, mas que também esperam poder participar de uma transição com o novo colegiado, dado os processos e construção que estão encaminhadas. A vice-presidente Rosa Perdigão explica que a urgência em realizar a renovação do conselho parte do esvaziamento do atual colegiado, que foi causado por diversos motivos, entre eles a pandemia, a prorrogação do mandato, a necessidade de alguns em participar de editais para poder sobreviver, etc. Igor Sebastian, representante da SMC, explica que precisará se ausentar para uma reunião e que os representantes da Secretaria Executiva darão prosseguimento ao encontro. Encerrado o segundo ponto de pauta e sido concordado com a proposta de encaminhamento, a Secretaria Executiva abre o espaço para fala da sociedade civil, dando início por Rita Colaço, que já havia pedido fala em outro momento da reunião. Rita Colaço agradece o momento de fala e diz ser bastante ilustrativo a saída do representante da SMC, Igor Sebastian, se retirar da reunião sabendo que existe uma demanda por parte dela. Segundo ela, tal atitude só demonstra o interesse e a atitude da Prefeitura com sua demanda. Rita Colaço se refere à invasão do espaço Cabaret Casa Nova, que é o espaço mais antigo de empregabilidade, sociabilidade e cultura LBGT. Acrescenta que a denúncia de invasão ocorre desde 2015 (dois mil e quinze), sem que o

poder público tomasse qualquer providência e que segue o descaso pela atual gestão. Devido a uma falha de conexão, foi sugerido a representante da sociedade civil que fosse desligado o vídeo a fim de tentar melhorar a conexão do áudio. Mais uma vez Rita Colaço diz que é muito significativo a saída do representante da Secretaria no momento de sua fala, que havia sido prometida uma reunião para discussão do tema, mas que ainda não ocorreu. A Secretaria Executiva explica que, com a saída da pessoa responsável pelo tema, não seria possível dar nenhuma resposta a manifestação da representante da sociedade civil, mas a mensagem seria apresentada aos responsáveis para, assim que possível, fosse realizada uma comunicação à solicitante e demais representantes do conselho. A conselheira Andréa Chiesorin acrescenta que, na primeira vez que a demanda foi levantada, foi solicitada a participação dos Conselheiros, porém, não teria identificado nenhum convite para participação nessas discussões. Jeferson Rufino explica que o não convite aos Conselheiros ocorreu pois não houve uma definição do gabinete junto à solicitante quanto a marcação desse encontro. Rita Colaço explica aos presentes que, em resposta ao e-mail que foi encaminhado, conforme havia sido orientada anteriormente, era que o Igor Sebastian, representante da Secretaria, estaria transformando em uma agenda dele e não da Secretaria. A partir das reclamações dela, ele disse então que iria remarcar o encontro e convidar representantes de outros órgãos, do Conselho e da Comissão de Cultura para participar dessas discussões, mas, desde então, não houve nenhum novo encontro. Rita Colaço diz que a demanda deve ser tratada de forma institucional e não pessoal, como estava sendo encaminhado. Jeferson Rufino diz que a Secretaria Executiva encaminhará a demanda aos responsáveis na tentativa de firmar uma data para esse encontro e, a partir disso, convidar os interessados. O representante da Secretaria Executiva diz que a reunião em questão é referente à segunda chamada da reunião de junho e que estaria prevista para a próxima semana a reunião ordinária de julho, mas que ainda está aguardando uma confirmação da agenda do Secretário para realizar o envio da convocação. A conselheira Carla Wendling sugere que as deliberações sejam encaminhadas por e-mail, anterior ao envio das atas. A vice-presidente pede a fala para realizar o encerramento do encontro. Rosa Perdigão faz suas considerações finais e diz que ficará no aguardo da prática dos temas que foram debatidos na reunião de hoje. Sem mais assunto a ser tratado, a reunião foi encerrada às dezesseis horas e quarenta e cinco minutos. Eu, Roberta Canêjo Monteiro da Silva, lavrei a

presente ata que vai por mim assinada, pelo Presidente, a Vice-Presidente e Conselheiros presentes que desejam testemunhar o atesto deste documento.